



**BOLETIM - ANO III – Nº 109**

## **REAJUSTE DE 9% NOS PISOS SALARIAIS ENTRA EM PAUTA NESTA QUINTA**

A Assembléia Legislativa do Rio (Alerj) iniciou na quinta-feira (07/02), a discussão do projeto de lei 1.907/13, que reajusta em 9% (nove por cento) os pisos salariais das categorias que não tenham o piso definido por lei federal, convenção ou acordo coletivo, entre as quais os contabilistas. A proposta é do Poder Executivo e, segundo estimativa do governador Sérgio Cabral, beneficiará cerca de dois milhões de trabalhadores. Os novos pisos salariais para os contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, se a proposta do governo for aprovada, serão os seguintes:

**Técnico em Contabilidade - R\$ 1.070,02 (um mil e setenta reais e dois centavos)**

**Contadores - R\$ 2.028,96 (dois mil e vinte e oito reais e noventa e seis centavos)**

Esta é mais uma grande vitória conquistada com muito trabalho pela Federação dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia com o apoio dos Sindicatos de Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: [www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br)

## **RECEITA DEVE DIVULGAR REGRAS PARA DECLARAÇÃO DO IR 2013 NA PRÓXIMA SEMANA**

A Receita Federal espera divulgar no início da próxima semana, provavelmente na segunda-feira (18), a instrução normativa referente à entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2013.

Segundo o supervisor nacional do Imposto de Renda, Joaquim Adir, não haverá grandes alterações nos procedimentos este ano. Para o contribuinte que pretende fazer simulações sobre os valores dos rendimentos tributáveis e as deduções, a Receita já disponibiliza uma ferramenta online.

Para os contribuintes que esperam receber a restituição nos primeiros lotes, é importante enviar as informações na abertura do prazo, que começa no dia 1º de março e vai até 30 de abril. Tem prioridade na restituição os contribuintes com mais de 60 anos, beneficiados com o Estatuto do Idoso.

As fontes pagadoras são obrigadas a enviar à Receita Federal o valor do imposto de renda retido na fonte, dos rendimentos pagos ou creditados em 2012 para seus

beneficiários até o dia 28 de fevereiro. As informações serão cruzadas com a declaração do imposto de renda das pessoas físicas. Também nesta data os empregados devem receber o documento com os rendimentos para que possam preencher a declaração. Segundo Joaquim Adir, caso o empregado não receba o documento, deve procurar o setor responsável na empresa em que trabalha.

Para saber se deve optar pela declaração simplificada ou pela completa, o contribuinte deve preencher o programa gerador da declaração, aconselha o supervisor nacional do Imposto de Renda. “Depois, o próprio programa informa a ele o valor do imposto se ele optar pelo desconto simplificado ou não [declaração completa]”, destacou.

Adir explicou também que o desconto simplificado substitui as deduções, como educação e saúde, por exemplo, e o contribuinte fica dispensado de apresentar os documentos que comprovem esses gastos. Um projeto da Receita Federal pretende eliminar a declaração nesses casos até o ano que vem.

Para quem resolver fazer a declaração completa, Joaquim Adir aconselha a separar todos os recibos médicos, despesas com educação e dados de todos os dependentes, inclusive, os do cônjuge.

No caso de dependentes com rendimentos, os valores precisam ser informados também na declaração. O supervisor lembra que, nesses casos, o contribuinte deve avaliar se não é melhor que o dependente declare em separado.

Perguntado sobre dicas para evitar a malha fina, Joaquim Adir disse, bem-humorado, que basta o contribuinte informar todos os dados corretamente na declaração. “O conselho é esse. Ele não deve esquecer de informar também os rendimentos dos dependentes, por exemplo, que é uma situação que acaba esquecendo. Devem constar [na declaração] todo tipo de rendimento, incluindo alugueis. Todos os dados de ganhos, inclusive os eventuais”, destacou.

Outra forma de evitar a malha fina é regularizar a situação assim que a declaração tenha sido processada e liberada para consulta, por meio de acesso ao extrato da declaração do Imposto de Renda disponível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC). É necessário usar o código de acesso gerado na própria página da Receita, mediante a inclusão do número do recibo das duas últimas declarações, ou com o uso do certificado digital emitido por autoridade habilitada.

Caso o contribuinte encontre algum erro, a regularização poderá ser feita, na maioria dos casos, por meio do próprio e-CAC, sem necessidade de o contribuinte se dirigir a uma unidade da Receita Federal.

Fonte: Repórter da Agência Brasil

## **GOVERNO USA TRIBUTO MENOR CONTRA INFLAÇÃO**

**DESONERAÇÃO DA CESTA BÁSICA E REDUÇÃO DO PIS/COFINS DEVEM SAIR ATÉ JUNHO E SÃO ESTRATÉGIA PARA CONTER ALTA DE PREÇOS. IDEIA É QUE MEDIDAS BENEFICIEM A ECONOMIA DE FORMA HORIZONTAL, E NÃO ALGUNS SETORES, COMO OCORREU EM 2012**

O corte de impostos de itens da cesta básica e a redução do PIS/Cofins são umas das armas do governo Dilma para tentar segurar a inflação neste ano e garantir expansão do PIB acima de 3%.

A ideia é que até junho sejam anunciadas a desoneração tributária da cesta básica e uma redução horizontal na cobrança de PIS/Cofins, atingindo praticamente todos os setores da economia.

Com esses cortes, a expectativa é que os preços dos setores beneficiados caiam, ajudando a conter a inflação num momento em que a taxa anualizada deve ficar acima de 6% até junho, pelo menos.

Assim, o Banco Central pode não ter de elevar a taxa de juros, algo que o Planalto prefere que não aconteça.

Em janeiro, com a alta de 0,86% no IPCA, a inflação anualizada bateu em 6,15% (o teto da meta é de 6,5%) e acendeu o sinal de alerta no governo. O próprio Banco Central fez questão de divulgar que a taxa "preocupa" e deixa a instituição numa situação "desconfortável".

A nova rodada de desonerações tributárias segue a estratégia adotada com o corte nas tarifas de energia.

Segundo a Folha apurou, o corte de impostos da cesta básica, já anunciado por Dilma, pode ser divulgado em até dois meses e teria o efeito de reduzir a inflação em, ao menos, 0,3 ponto percentual.

O governo decidiu também acelerar os estudos sobre as mudanças no sistema de pagamento do PIS/Cofins.

Com isso, além de reduzir o custo Brasil e gerar maior competitividade, objetivo original da ideia, a mudança nos dois tributos passou a fazer parte do arsenal do governo para baixar a inflação.

A extensão da medida dependerá do custo fiscal e, por isso, pode ser adotada gradualmente, mas sempre beneficiando a economia de forma horizontal, e não setorializada.

Em 2012, o governo foi muito criticado por escolher os setores beneficiados com as desonerações tributárias.

Fonte: Folha de S.Paulo

## **RECONHECIDA REPERCUSSÃO GERAL DE INCIDÊNCIA DE PIS SOBRE RECEITA GERADA POR LOCAÇÃO DE IMÓVEIS**

A discussão sobre a incidência do Programa de Integração Social (PIS) sobre a receita auferida na locação de imóveis, inclusive no que se refere às empresas que alugam imóveis próprios, teve sua repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em votação realizada no Plenário Virtual. O tema será levado a julgamento no Recurso Extraordinário (RE) 599658, em que a União questiona acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, que garantiu a uma indústria moveleira de

São Paulo a exclusão do aluguel obtido pela locação de um imóvel próprio da base de cálculo do PIS.

Segundo o relator do RE, ministro Luiz Fux, a questão relativa à extensão da base de cálculo do PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para alguns segmentos empresariais já está submetida à apreciação do Plenário do STF, caso das seguradoras no RE 400479, de relatoria do ministro Cezar Peluso (aposentado). Depois do voto do relator no caso das seguradoras, o julgamento do mérito do RE foi suspenso por pedido de vista. Relativamente às instituições financeiras, a Corte reconheceu a repercussão geral da matéria no RE 609096.

“Uma vez que a matéria está sendo examinada pelo Tribunal relativamente às seguradoras e às instituições financeiras, a discussão precisa se estender também às empresas locadoras, principalmente aquelas que alugam imóveis próprios”, afirmou o ministro Luiz Fux. No caso em exame, ressalta, a discussão pode ser estendida também à Cofins. No RE, a União sustenta que a decisão do TRF-3, ao excluir da base de cálculo a receita de bens imóveis, desnaturou a própria contribuição para o PIS e, conseqüentemente, afrontou expressa e diretamente o artigo 195, inciso I, alínea “b” e o artigo 239 da Constituição Federal.

Em sua manifestação, o ministro Fux afirmou que a respeito da matéria existem decisões do STF reconhecendo que as receitas de locação de bens não compõem a base de cálculo dos tributos e outras, como a proferida neste mesmo RE pelo ministro Eros Grau (relator anterior), na qual foi determinado o sobrestamento do feito até o final julgamento do RE 400479. Há ainda outras decisões considerando que tais verbas compõem a base de cálculo dos tributos. “Diante dessas circunstâncias, a submissão da matéria ao Plenário da Corte é medida que se impõe, especialmente para evitar decisões conflitantes sobre o tema”, concluiu Fux.

Fonte: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)

## **COMANDO DE COMISSÕES DO SENADO SERÁ DEFINIDO A PARTIR DO DIA 18**

Indicação das lideranças partidárias deve ser apenas ratificada nas votações, mas não é impossível que em algumas delas se registrem embates entre dois candidatos

Os líderes de partidos devem definir, a partir do dia 18, as indicações para as presidências das comissões permanentes do Senado no biênio 2013-2014. Até o momento, estão certas as indicações de Vital do Rêgo (PMDB-PB), para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e de Lindbergh Farias (PT-RJ), para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não se espera disputa para esses dois colegiados. No caso das demais nove comissões permanentes, o quadro ainda está incerto. Sempre que houver acordo, a indicação das lideranças partidárias deve ser apenas ratificada nas votações, mas não é impossível que em algumas delas se registrem embates entre dois candidatos.

Maior bancada da Casa, o PMDB já manifestou interesse em presidir também as comissões de Educação e de Assuntos Sociais. Em entrevista à imprensa, o líder do

partido, senador Eunício Oliveira (CE), anunciou os nomes do senador Ricardo Ferraço (ES), para a primeira, e do senador Waldemir Moka (MS), para a segunda.

Mas o PMDB ainda poderá negociar com o PT, uma vez que esta legenda pleiteia colocar a senadora Ana Rita (ES) no comando de uma dessas comissões ou então da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), segundo informou o líder petista, Wellington Dias (PI).

Já a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deverá ser presidida pelo senador Fernando Collor (PTB), se for confirmada a indicação anunciada pelo líder do PTB, Gim Argello (DF). Para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), foi indicado o senador Benedito de Lira (PP-AL), mas essa comissão também é reivindicada pelo PDT, que indicou o senador Zezé Perrella (MG).

O PSDB já anunciou a indicação do senador Cyro Miranda (GO), que poderá presidir a Comissão de Relações Exteriores (CRE). Também está em aberto o comando das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

### **Prioridades**

Os novos presidentes das comissões, com o apoio de seus vices, que também são indicados pelos partidos, terão pela frente a votação de projetos polêmicos e de grande interesse da sociedade. Na CAE, por exemplo, começou a tramitar projeto de resolução que prevê a unificação da alíquota do ICMS em 4% em 12 anos.

Na CCJ, três propostas de emenda à Constituição mudam o rito para exame de vetos presidenciais. Também está na comissão a PEC 66/2012, que iguala os direitos de empregados domésticos aos dos demais trabalhadores, já aprovada na Câmara.

Outra matéria que divide opiniões é o projeto que inclui a homofobia entre os crimes punidos pela lei de racismo (PLC 122/06), em exame na CDH. Ao assumir a relatoria da proposta, em dezembro do ano passado, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que vai trabalhar por um texto de consenso.

Na CAS, entre as matérias prontas para votação, está o projeto que trata da internação compulsória de dependentes químicos. A proposta tem voto favorável da relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), que defende, para a internação contra a vontade do paciente, prévia avaliação médica e autorização judicial.

Com a proximidade da Copa do Mundo de Futebol, que será sediada no Brasil em 2014, as comissões também deverão priorizar a realização de audiências públicas sobre o tema, podendo convocar autoridades do Executivo para esclarecimentos sobre ações governamentais relacionadas à realização do evento e a apropriação do legado da Copa em benefício da população. (Fonte: *Agência Senado*)

## **GOVERNO QUER DECISÃO DO STF SOBRE VOTAÇÕES NO CONGRESSO**

AGU quer que o plenário do Supremo tenha uma posição sobre o assunto para dar segurança ao governo. Decisão monocrática do ministro Fux não é suficiente

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams disse, que a decisão monocrática do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux de liberar o Congresso Nacional

para votar o Orçamento de 2013, antes da apreciação dos vetos à nova lei dos royalties não é suficiente, e que o governo quer uma posição do plenário do tribunal sobre o assunto.

"Não é suficiente porque é uma decisão monocrática. Nós precisamos da confirmação de qual é o entendimento da nossa Corte constitucional sobre o tema", disse Adams após participar de uma celebração ecumênica em memória das vítimas do incêndio em Santa Maria (RS), na Catedral Metropolitana de Brasília.

Fux reafirmou em despacho, que o Congresso está liberado para votar assuntos da pauta, desde que não tratem de vetos presidenciais fora de ordem cronológica. O despacho é uma resposta a pedidos de informação protocolados em dezembro do ano passado pela Advocacia-Geral da União e pelo Senado.

No final de 2012, Fux concedeu liminar impedindo o Congresso Nacional de apreciar o veto presidencial à nova lei de distribuição dos royalties do petróleo enquanto não fossem analisados milhares de vetos que aguardam votação há anos.

Uma ala dos parlamentares entendeu que a liminar se aplicava a todos os processos em pauta e não apenas aos vetos, bloqueando a pauta da Casa. Esse foi um dos motivos que impediu a votação do Orçamento de 2013 no ano passado.

Na avaliação de Adams, a insegurança jurídica provocada pelo impasse poderia impedir o governo de executar o Orçamento este ano. "Se votarmos o Orçamento nas condições atuais, nós temos despesas que vão ser feitas com ele e que não temos certeza se vão poder ser continuadas, porque nós estaremos lidando com um texto legal inconstitucional", disse.

Adams disse que está conversando com ministros do STF e que vai levar a questão ao presidente do Tribunal, ministro Joaquim Barbosa, para pedir que o caso seja analisado pelo plenário da Corte. (Fonte: *Agência Brasil*)